

~~Castanhal-PA, que concede pensão a Maria Osmarina da Cunha Ribeiro (cônjuge), em decorrência da morte do ex-servidor Antonio Pereira Ribeiro, no valor total de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), com fundamento no Art. 40, §7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003 e/c Arts. 329 e 333, da Lei Municipal nº 037/2002, que deverá ser elevado ao valor de um salário mínimo vigente, consoante exigência do Art. 201, §2º, da Constituição Federal.~~

ACÓRDÃO Nº 32.140, DE 18/04/2018

~~Processo nº 201420044-00 (Juntado 201208106-00)~~

~~Natureza: Aposentadoria~~

~~Origem: Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre (IPMA)~~

~~Município: Monte Alegre~~

~~Interessada: Maria Herly Lopes da Conceição~~

~~Procuradora: Maria Regina Cunha~~

~~Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º e/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017 TCM-PA)~~

~~EMENTA APOSENTADORIA ESPECIAL. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. REGISTRO DO ATO.~~

~~1. Ingresso na Administração Pública de forma regular por concurso público.~~

~~2. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.~~

~~3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §5º, da CF/88, e/c o Art. 6º, da EC 41/2003. Processo devidamente instruído.~~

~~ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 140 a 143 dos autos.~~

~~Decisão: Registrar a Portaria nº 047/2014 de 13.11.2014, do Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre, que concede aposentadoria à Sra. Maria Herly Lopes da Conceição, no cargo de Professor Leigo, com percepção de proventos integrais no valor total de R\$ 2.121,72 (dois mil, cento e vinte e um reais e setenta e dois centavos), com fundamento no Art. 40, §5º, da CF/88, e/c o Art. 6º da EC 41/2003.~~

ACÓRDÃO Nº 32.166, DE 26/04/2018

~~Processo nº 201709776-00~~

~~Natureza: Denúncia~~

~~Município: Capanema~~

~~Órgão: Câmara Municipal~~

~~Exercício: 2017~~

~~Denunciante: Altamir Santos Filho~~

~~Denunciado: Rubens Oliveira Ancelmo - Presidente~~

~~Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães~~

~~EMENTA: DENÚNCIA. CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA. EXERCÍCIO DE 2017. PELA INADMISSIBILIDADE E ARQUIVAMENTO (ART. 291, V; 292, § 3º E 4º, DO REGIMENTO INTERNO/TCM-PA).~~

~~ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do despacho do Conselheiro Relator, às fls. 33 a 34 dos autos.~~

~~Decisão: I - Deixar de admitir a presente denúncia, determinando o seu arquivamento e a devida comunicação ao Denunciante, nos termos dos Artigos 60, Inciso V, 291, Inciso V e 292, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno TCM-PA;~~

Protocolo: 14586

PUBLICAÇÃO - DESPACHO**DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE DE CONSULTA**

(Art. 300, §1º, do RITCM-PA)

Processo nº 201803292-00

Classe: Consulta

Procedência: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP

Responsável: Alberto Ferreira de Andrade Júnior

Advogado: Paulo Henrique Corrêa – OAB/PA nº 12.598

Instrução: DIJUR/TCM-PA

Exercício: 2018

Tratam os autos de Consulta em tese, interposta pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARÁ – SINTEPP, subscrita por seu procurador, com poderes à fl. 04, Dr. PAULO HENRIQUE CORRÊA, protocolada, neste TCM-PA, através do Processo nº 201803292-00, em 12/04/2018, após o que, foram encaminhados pelo Gabinete da Presidência, à Diretoria Jurídica, em 16/04/2018, objetivando a apresentação de parecer, conforme autorizativo contido no Art. 300, §4º, do RITCM-PA.

Destarte, foi encaminhado em 07/05/2018, pela DIJUR/TCM-PA a esta Presidência, Parecer Opinativo nº 70/2018/DIJUR/TCM-PA, acerca da inadmissibilidade da presente consulta, em razão da ausência do preenchimento dos requisitos cumulativos de admissibilidade previstos nos Incisos I a IV, do Art. 298, do RI/TCM-PA, a qual transcrevo e subscrevo, nos seguintes termos:

I – DO OBJETO DA CONSULTA:

Em síntese, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP consigna, em sua consulta, da necessidade de posicionamento deste TCM-PA quanto à possibilidade de realização de acordo entre a Fazenda Pública e os particulares para adimplemento de débitos, por meio de parcelamento destes valores, com a consequente quitação do pagamento diretamente ao interessado, sem o mesmo integrar o sistema de precatórios judiciais, previstos no Art. 100 e seguintes da CF/88.

Neste sentido, o SINTEPP, conforme consta às fls. 01/03, formula questionamento, ao TCM-PA, objetivando esclarecimentos acerca do tema, nos seguintes termos:

“Considerando a possibilidade de autocomposição entre a Fazenda Pública e os particulares nos autos de processo judicial, poderão as partes realizar acordo para o adimplemento de débitos através do parcelamento destes valores, efetuando-se o pagamento diretamente ao interessado sem o mesmo integrar o sistema de precatórios judiciais previstos nos artigos 100 e seguintes da Constituição Federal”;

II – DA ADMISSIBILIDADE:

No tocante à admissibilidade da presente consulta, o Regimento Interno deste TCM-PA (Ato nº 19/2017), disciplina os critérios de admissibilidade das consultas formuladas, junto ao TCM-PA, a qual recai ao Conselheiro-Relator, conforme dispositivo a seguir transcrito e destacado:

Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no Art. 1º, XVI, da Lei Complementar nº 084, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ser formulada por autoridade legítima;

II – ser formulada em tese;

III – conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

IV – versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

Neste sentido, conforme o artigo supracitado denota-se que o Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas formuladas, desde que cumpridos, preliminarmente, os requisitos cumulativos expostos nos incisos do Art. 298, do RITCM-PA.

No que concerne aos legitimados para formular as referidas consultas, perante o TCM-PA, estes estão previstos no rol taxativo dos Incisos I a V, do Art. 299, do RITCM-PA, conforme pode ser observado:

Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:

I – O Prefeito;

II – O Presidente da Câmara Municipal;

III – Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV – Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V – As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

(grifamos)

Destarte, é requisito imprescindível para a admissibilidade das consultas formuladas perante o TCM-PA que o Consulente esteja inserido no rol de legitimados do artigo supracitado.

Nos autos em epígrafe, observa-se que o consulente é entidade sindical que representa a categoria profissional dos trabalhadores em educação pública do Pará, o que implica dizer que tal entidade não dispõe de legitimidade para interpor presente consulta, ao que esclarecemos:

O Inciso IV, do Art. 299 dispõe como possíveis legitimados os “Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional”, os quais são órgãos que diferem dos sindicatos.

Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais consistem em **instituições do Estado**, por ele

criadas e mantidas pelas contribuições compulsórias que todos os profissionais vinculados aos respectivos conselhos estão legalmente obrigados a pagar. Sendo assim, na sua condição de órgãos do Estado, os conselhos profissionais existem para controlar e fiscalizar o exercício das diferentes profissões, visando ao benefício e à proteção dos interesses da sociedade.

Lado outro, os sindicatos representativos de determinada categoria profissional possuem como missão principal a luta pela melhoria das condições de trabalho, da remuneração dos profissionais, das relações entre proprietários de empresas privadas, públicas e colaboradores, e à defesa da classe, entre outras atividades.

Desta forma, tal instituição, diferentemente dos conselhos profissionais, tem como atribuição específica verificar jornada ideal de trabalho do profissional, piso salarial, acordos anuais, fazendo prevalecer todos os direitos trabalhistas garantidos pela CLT, dentre outras atribuições.

Conclui-se, assim, que os conselhos profissionais ou órgãos de fiscalização de categorias profissionais são instituições que se diferem dos sindicatos profissionais, tendo em vista as funções distintas de cada organismo.

Os sindicatos das categorias profissionais, como o da consulta em comento, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, portanto, são entidades que se diferenciam dos conselhos profissionais ou órgãos de fiscalização de categorias profissionais e conseqüentemente, não possuem legitimidade para formular consultas perante o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, uma vez que não estão inseridos no rol taxativo do Art. 299, do RITCM-PA.

Lado outro, ainda que se buscasse dar ampliação interpretativa, ao que estabelece o Inciso IV, do Artigo 299, do RITCM-PA, para que se pudesse ver inserida e admitida a legitimidade do SINTEPP, tornar-se-ia fundamental assentar a pertinência temática, a qual, salvo melhor juízo, não se demonstra presente, no caso sob análise.

A constatação acima deflui do objeto central do tema proposto, o qual se pode crer, vinculado a caso concreto, onde se pode pressupor da existência de ação judicial,

proposta pelo SINTEPP, em desfavor de um dado município, sob o qual pretende o Sindicato entabular acordo judicial, com parcelamento do débito, ao que dependerá, para além da anuência do Poder Público Municipal, da chancela do Poder Judiciário, por meio de sentença homologatória.

Neste sentido, cumpre ao próprio Poder Judiciário, in casu, ao Magistrado que conduz o feito, averiguar da legalidade e razoabilidade, junto ao acordo estabelecido entre as partes, o que implica afirmar, ainda, da observância de todos os requisitos legais para o seu adimplemento, dentre os quais, a observância do regramento fixado à Administração Pública, junto ao regime de precatórios.

Entendemos, com amparo nas ordinárias regras de processo civil, que a decisão judicial que homologa acordo apresentado pelas partes, encerra, para todos os fins, sentença em sentido estrito, ainda que puramente homologatória e, neste sentido, de cumprimento obrigatório, o qual, dadas as prerrogativas inseridas ao Poder Judiciário, não haveria de receber questionamentos por parte deste TCM-PA, como medida única e esperada à preservação das competências e prerrogativas próprias de cada um destes entes jurisdicionais.

Sob tal perspectiva, fica afastada qualquer pretensa “pertinência temática” que se possa querer atribuir a presente matéria, para o âmbito de orientação que recai ao TCM-PA, junto à nomeada função pedagógica, sob a qual se estabelecem as consultas formuladas e respondidas, nesta Corte de Contas.

Por fim, traçadas as diretrizes regimentais aplicáveis, por ocasião do juízo de admissibilidade consultiva, firmamos entendimento no sentido de que os presentes autos não se revestem das formalidades necessárias, especialmente no tocante a autoridade legitimada, qual seja, a ilegitimidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP e, ainda, a ausência de pertinência temática, dada a competência do Poder Judiciário em verificar e assentar, junto à eventual sentença homologatória de acordo judicial, a legalidade de seus termos, à luz da legislação de regência da matéria.

Por todo exposto, com fulcro no Art. 300, §1º, do RITCM-PA, acato e subscrevo, em sua integralidade, o Parecer nº 70/2018, exarado pela Diretoria Jurídica/TCM-PA e consequentemente, NEGO ADMISSIBILIDADE à presente CONSULTA, interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, em face da ilegitimidade do consulente, bem como ausência de pertinência temática no âmbito deste TCM-PA.

Determino, por fim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para publicação da decisão e comunicação ao interessado, na forma legal e regimental. Belém-PA, em 10 de maio de 2018.

Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**

Presidente do TCM-PA

Protocolo: 14587

EDITAL DE CITAÇÃO

NºS 7166 a 7176/2018/7ª Controladoria TCM-PA

Publicação: 23, 25 e 30/05/2018

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 7166/2018/7ª Controladoria/TCM

(Processo nº 524942009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o senhor Edivaldo Nabica Leão.

O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64, da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, o Senhor **Edivaldo Nabica Leão**, responsável pelas contas anuais de Gestão do **Fundo Municipal de Educação de Oeiras do Pará, no exercício de 2009**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº **524942009**, referente à prestação de contas daquele Órgão, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 23 de maio de 2018.

Conselheiro José Carlos Araújo

Relator/7ª Controladoria/TCM.

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 7167/2018/7ª Controladoria/TCM

(Processo nº 572042009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o senhor **Pedro Paulo Boulhosa Tavares**.

O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64, da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, o Senhor **Pedro Paulo Boulhosa Tavares**, responsável pelas contas anuais de Gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras, no exercício de 2009**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº **572042009**, referente à prestação de contas daquele Órgão, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 23 de maio de 2018.

Conselheiro José Carlos Araújo

Relator/7ª Controladoria/TCM.

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 7168/2018/7ª Controladoria/TCM

(Processo nº 570022009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o senhor Wandik Gomes Amanajás.

O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64, da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, o Senhor **Wandik Gomes Amanajás**, responsável pelas contas anuais de Gestão da **Câmara Municipal de Ponta de Pedras, no exercício de 2009**, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº **570022009**, referente à prestação de contas daquele Órgão, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 23 de maio de 2018.

Conselheiro José Carlos Araújo

Relator/7ª Controladoria/TCM.

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 7169/2018/7ª Controladoria/TCM

(Processo nº 524912009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o senhor **Josidelson Silva de Oliveira**.